

Mandato de 5 anos sai na frente

Mas setores do Governo temem que indecisos ameacem a vitória

MARCOS HENRIQUE

Sarney está certo da vitória

Por estar certo da vitória do mandato de cinco anos na Comissão de Sistematização, na votação de hoje, o presidente José Sarney aproveitou o sábado para descansar no seu sítio de São José de Pericumã. Ele deve voltar neste domingo pela manhã para o Palácio da Alvorada, de onde acompanhará os trabalhos da Constituinte, embora o seu sítio tenha a infraestrutura necessária para se manter informado a todo instante.

Sarney passou uma semana agitada. Manteve contato com vários parlamentares e na última sexta-feira almoçou com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, a quem transmitiu a sua certeza da vitória. O clima ficou tenso no Palácio do Planalto na quinta-feira passada, diante das repercussões negativas do recado transmitido pelo porta-voz jornalista Frota Neto, quando Sarney ameaçou os constituintes, prometendo retaliação contra os inimigos do Governo.

Mas, pelos cálculos dos assessores do Palácio do Planalto, o mandato de cinco anos pode ganhar folgadoamente com 61 votos dos 93 da Comissão de Sistematização. Mas, os assessores mais cautelosos acham que garantidos existem apenas 49 votos, mas são necessários apenas 47 para aprovar a matéria. O deputado D a s o C o i m b r a (PMDB/RJ), que é íntimo dos prognósticos, deixou Sarney tranqüilo durante a semana, ao apostar que ele tem 50 votos. Os pessimistas acham que o mandato de cinco anos conta mesmo somente com 37 votos. Os 10 restantes eles esperam conseguir dos indecisos.

Por outro lado, os assessores do Palácio estão apreensivos com a expectativa de vitória de Sarney. Eles acham, no entanto, que os parlamentaristas podem facilitar as coisas. Assim, eles vão para o plenário sustentar o sistema parlamentarista, que pode sair vitorioso, já que não existe compromisso do Centrão para votar no sistema presidencialista. O Centrão, de acordo com alguns deputados, conseguiu 317 assinaturas apenas para mudar o regimento interno da Constituinte.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, segundo seus assessores, manteve contato várias vezes com o presidente Sarney.

Sarney passou um dia tranqüilo em seu sítio. Ele almoçou com o seu amigo Mathias Macilne, presidente do Grupo Sharp, que foi levado por seu genro e secretário particular Jorge Murad. Do almoço também participaram o escritor Jorge Amado e sua mulher Zélia Gattai.

O Palácio do Planalto não chegou a montar um esquema especial para a votação. O líder do Governo no Congresso, deputado Carlos Sant'Anna, deverá manter o Presidente informado e a assessoria legislativa do Gabinete Civil acompanhará a sessão.



Ibsen, Richa, Cid e Israel: a cúpula do PMDB ainda discute como se votará

Oswaldo, pró 5 anos, pode sair da Sistematização

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), para não ter que mudar o seu voto de cinco para quatro anos, atendendo aos apelos das lideranças do PMDB, renunciou a sua função na Comissão de Sistematização. Em seu lugar, o líder Mário Covas indicou o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PR), escolhido pela bancada de Pernambuco, que vota quatro anos. Mas a mesa da Constituinte ainda pode vetar a indicação.

A indicação de Maurílio estava sendo contestada pelos partidários dos cinco anos. Oswaldo Lima Filho foi o relator da Subcomissão da Reforma Agrária e nessa qualidade fazia parte da Sistematização. Alguns deputados entendem que o seu lugar deve ser preenchido pelo presidente daquela subcomissão, o senador Edison Lobão (PFL-MA). Já Oswaldo Lima corria um risco: o governador Miguel Arraes pode retirá-lo de Constituinte, caso manda de volta o deputado Marcos Queiroz, secretário da Indústria e Comércio, de quem Oswaldo é suplente. Isso pesou na decisão.

A bancada de Pernambuco do PMDB está disposta

também a tentar retirar o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) da Comissão. Gibson estava em viagem à Venezuela. Ao desembarcar, Gibson disse-se indefinido mas ressaltou que não abrirá mão da vaga.

— Se ele não votar pelos quatro anos, vai sair da Comissão. Ele tem que se enquadrar de acordo com a vontade da bancada — disse o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que será o substituto de Gibson se este sair.

— O substituto de Milton Reis, que também está viajando, não será indicado pelo líder Mário Covas. Haverá sorteio entre os suplentes. Só há indicação em caso de renúncia. Recentemente, Covas indicou Antônio Brito para o lugar de Prisco Vianna, e Jorge Hage para o de Luiz Henrique, que saíram da Constituinte para o Ministério.

— Amanhã (hoje) vou vir como o meu blazer amarelo — já comemorava Maurílio Ferreira Lima, ontem, no plenário.

Eu vou comprar uma nova gravata amarela. A que eu tinha queimei de raiva — completou Mansueto de Lavor.

Richa vira votos

“Meu compromisso não é com a vitória, é com a disputa — afirma o senador José Richa (PMDB/PR) que, nos últimos três dias, não fez outra coisa senão cabalar votos para os quatro anos. E, sem dúvida, o maior eleitor no plenário da Sistematização. Com trânsito em todas as tendências partidárias e ideológicas, o corpo-a-corpo de Richa havia rendido, até o final da sessão da manhã, a virada de cinco votos para os quatro anos.

— Busco um voto de qualidade. Se conseguir convencer você, eu fico muito feliz — atraiu Richa em direção do deputado Oscar Corrêa Filho (PFL/MG), num canto do plenário. Richa foi atrás do voto de Oscar Corrêa, já alterado há dois dias pelo ministro Aureliano Chaves.

— Ainda não conseguí me convencer, mas reconheço que os argumentos

são muito bons — balançava Corrêa, que já esteve com os quatro, estava com cinco e vacilava sob os argumentos de Richa.

Richa, no plenário, é o maior. O PFL apostava em Marco Maciel, instalado no 26º andar do Anexo I do Senado. Mas Maciel não conseguiu virar os votos de Inocêncio da Silveira, José Jorge e Ricardo Flúza, todos do PFL de Pernambuco. O maior cabo eleitoral do PFL foi o senador Jorge Bornhausen que segurou os votos pefelistas do Sul e ainda foi buscar um do PDS — o de seu primo Antônio Carlos Konder Reis.

Do outro lado, o líder do governo Carlos Sant'Anna também trabalhava. Sua prioridade eram os constituintes que vêm sendo pressionados pelas bases — ou seja, pelos detentores de cargos. Isso acontecia, aliás, com o próprio Francisco Pinto.

Caravana de mil vai pedir por Tocantins

Aproximadamente mil pessoas de Goiás e da região norte de Goiás acompanham hoje em Brasília a votação da emenda que propõe a criação do Estado do Tocantins pela Comissão de Sistematização. As caravanas nortenses começaram a chegar ontem, sendo acomodadas em hotéis e nos batalhões da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, além do Sesc e Senal.

Segundo a Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano (Conorte), os nortenses estão confiantes na soberania da Constituinte para a aprovação do novo Estado, neste 15 de novembro que, para os tocan-tinenses, representaria a proclamação de sua independência.

Além da mobilização popular em torno da criação do Tocantins, a Assembléia Legislativa de Goiás reafirmou seu apoio à divisão.

Bueno contra dividir Goiás

Contrário à divisão de Goiás, no momento, para a criação do Estado do Tocantins, o ex-senador goiano Coimbra Bueno está acompanhando, na Comissão de Sistematização, a votação das Disposições Transitórias. Ele tem procurado constituintes argumentando que a criação do Tocantins é uma incoerência que “fere de morte a Amazônia Legal”, sendo justificável, no entanto, a instalação do Território do Tocantins no período de quatro anos.

Ele tem dito aos parlamentares que Goiás conta, no momento, com “uma operosa plêlade de senadores, deputados federais e estaduais e tem no governo estadual o ex-senador Henrique Santillo, que é atuante, e ainda conta com o importante trabalho do ministro da Agricultura, Iris Rezende. Tanto o governador como o ministro são do partido do Presidente e por isso o Estado tem muito a receber do governo federal, não justificando a divisão, neste momento político”, diz o ex-senador Coimbra Bueno. Ele entende que não é hora de abandonar o Norte de Goiás, mas ao contrário, deve-se buscar atrair recursos para melhorar as condições de vida de todo o povo da região.

O prato principal do almoço de ontem na casa do deputado Ulysses Guimarães, que reuniu três ministros e seis constituintes, foi a comparação de cálculos sobre a votação de hoje sobre a duração do mandato do presidente Sarney. Os cálculos tinham em comum a vantagem que davam para os cinco anos, mas diferiam quanto à certeza: enquanto alguns dos participantes do encontro davam como já definida a votação, outros ainda achavam motivos para sérias dúvidas.

O deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) estimava entre 48 a 50 o número de membros da Comissão de Sistematização já definidos pelos cinco anos. Isso garantiria a vitória da tese, mas Israel considerava um exagero afirmar-se que já seriam 61 os membros da Comissão que preferem os cinco anos, como se garantia na sexta-feira no Planalto.

Já o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) colocava a decisão nas mãos dos 17 membros que se dizem indefinidos. De acordo com ele, o Presidente só pode contar com 40 votos a favor dos cinco anos, enquanto 36 estariam fechados pelos quatro. Dos 40 votos pelos cinco anos, 18 viriam do PFL, apenas 14 do PMDB,

5 do PDS, 2 do PTB e 1 do PDC.

A aprovação dos quatro anos, segundo o deputado Cid Carvalho, poderia significar o início de uma campanha eleitoral a partir de amanhã mesmo, posto que “parlamentarismo com quatro anos é igual a presidencialismo”. A única perspectiva plausível, então, é a aprovação dos cinco anos para que a implantação do regime já aprovado seja viável, afirmou.

Para o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) a vitória dos cinco anos já está garantida por um total de 55 votos “e ela será um impulso bastante favorável ao parlamentarismo”. Ele explicou que o que existe hoje é uma situação descaracterizada porque é um regime parlamentar apoiado pelo projeto de Bernardo Cabral. “O senador não justifica, então, que se faça campanha pelo presidencialismo no momento. “É estranho, porque é um regime que não existe”.

Participaram do almoço de ontem ainda os ministros da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, da Previdência, Renato Archer, da Administração, Aloísio Alves, os deputados Jorge Arbage, Fernando Gasparian e o senador Mauro Benevides.

Há emenda até por 7 anos

A Comissão de Sistematização deverá definir hoje, em sessão matutina, a duração do mandato do atual Presidente da República. Na parte permanente do projeto está estabelecido que o mandato de Presidente da República é de cinco anos, como regra geral. Marcando eleições presidenciais para 15 de novembro de 1989 — mandato de cinco anos a Sarney —, há a emenda do senador Nelson Carneiro, com pedido de destaque do próprio autor.

Outra emenda do deputado José Egreja (PTB) fixa eleições presidenciais para dezembro de 1989. Outras proposições estabelecem o término do mandato de Sarney para março de 89, outras para março de 90 e até 91.

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), parlamentarista, e defensor do mandato de cinco anos, enviou ofício ao líder Mário Covas pedindo sua substituição. Ele se sentiu solitário na bancada do PMDB pernambucano defendendo a permanência de Sarney até 89. O governador Miguel Arraes teria influenciado a decisão do deputado, por já ter-se definido a favor de eleições presidenciais no próximo ano. O substituto de Oswaldo Lima Filho será indicado pela bancada de Pernambuco.

Outros defensores dos cinco anos, como o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), poderão votar por quatro anos, se o presidente Sarney não se comprometer publicamente a acatar a decisão anterior da Comissão de Sistematização, pelo sistema parlamentarista.

“Mas é claro que ele vai agrir. Aprovado o mandato

de cinco anos, Sarney começará a batalha para tentar aprovar no plenário da Constituinte o presidencialismo” — disse Mário Covas.

O parlamentarista Afonso Arinos (PFL-RJ) confirmou que votará a favor do mandato de cinco anos ao atual Presidente. “Minha posição é conhecida há três meses” — disse ele. A decisão de Afonso Arinos mostrou que José Richa e Bernardo Cabral não tiveram êxito na tentativa de mudar seu voto para quatro anos.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) e o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) confirmaram: votarão pelas eleições em 1988. “Se votar ou se for aprovado mandato de cinco anos, não sei como poderia enfrentar meus alunos” — comentou o senador paulista. “Se passar eleições em 89, e com o meu voto, não teria condições nem de entrar no elevador do meu prédio” — disse o deputado fluminense.

Ontem, no início da tarde, líderes dissidentes do PFL, tendo à frente Jorge Bornhausen, Saulo Queiroz, Carlos Chiarelli, Jayme Santana, Lucio Alcântara, Mendes Thames e outros entregaram documento ao presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, a favor de eleições gerais em 1988.

Na opinião de líderes do PMDB, a posição do PFL a favor de eleições gerais não passa de mero expediente político, para tentar angariar “simpatia e respaldo eleitoral”. O líder Mário Covas, por exemplo, comentou que o PFL está convencido da inviabilidade da proposta de eleições gerais em 88.

Próxima batalha: anistia

A fixação do mandato do presidente José Sarney e a data de implantação do parlamentarismo, assuntos que têm monopolizado as atenções dos constituintes, não serão os únicos motivos de luta no campo de batalha dos 72 artigos das disposições transitórias que a Sistematização começa a votar hoje. A anistia para os militares, a implantação do parlamentarismo nos estados, a efetivação automática de procuradores, a apreciação judicial dos atos gerados pelos atos institucionais a partir de 1964 e a nulidade das concessões de lavra que estiverem inativas serão também alvo de emendas e de muita discussão.

ANISTIA

Depois da questão do mandato, é a anistia que tem dado mais dores de cabeça aos constituintes. O texto de Bernardo Cabral — que assegura as promoções, na inatividade, dos servidores civis e militares ao cargo ou posto a que teriam direito se estivessem em atividade mas somente gera efeitos financeiros a

partir da promulgação da nova Carta — é aceito pelos ministérios militares. A pedido dos que querem ser anistiados, no entanto, uma comissão integrada, entre outros, pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e pelos deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Konder Reis tenta negociar um acordo em torno da emenda Vilson de Souza, que inclui na anistia os praças e marinheiros e prevê o pagamento dos atrasados, mas por um plano a ser feito pela União.

GABINETE

Outro ponto nevrálgico das disposições transitórias é a implantação do parlamentarismo nos estados, que será discutida em emenda do deputado Jorge Hage, do movimento unida de progressista do PMDB. A emenda permite que as assembleias legislativas decidam se querem o novo regime em seus Estados e, em caso positivo, quando implantá-lo, mas resguarda os mandatos dos atuais governadores.